



Rede Lusófona
pelo Direito
à Educação

GUIA 5

Advocacia

2024

Realização



redelusofona.org

Comitê Gestor

Brasil | Campanha Brasileira pelo Direito à Educação

Cabo Verde | Rede Nacional da Campanha Educação Para Todos de Cabo Verde

Moçambique | Movimento de Educação para Todos de Moçambique

Organização, edição e redação

Andressa Pellanda, Helena Rodrigues e Marcele Frossard

Comunicação e design

Renan Simão e Leticia Uyetaqui

Rede Lusófona pelo Direito à Educação

Angola | Associação de Actores Sociais: Chave do Saber Angola (Rede de Educação de Angola)

Sebastiana Martins

Carlos Cambuta

Marcelina Tchimbandjela

Victor Barbosa

Brasil | Campanha Brasileira pelo Direito à Educação

Andressa Pellanda

Helena Rodrigues

Marcele Frossard

Cabo Verde | Rede Nacional da Campanha Educação Para Todos de Cabo Verde

Abraão Borges

Albertino Delgado

Guiné-Bissau | Rede de Campanha Educação para Todos de Guiné-Bissau

Miguel Campos Sá

Vençã Mendes

Moçambique | Movimento de Educação para Todos de Moçambique

Isabel Francisco da Silva

Sumeia Cassimo

Portugal | Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Rui da Silva

Ana Poças

Andreia Soares

Sara Poças

Julio Santos

São Tomé e Príncipe | Federação das ONGs de São Tomé e Príncipe

Eduardo Elba

Timor Leste | Parceria de Educação da Sociedade Civil / Civil Society Education Partnership

Francisco de Araujo

José de Jesus

Apoio

EDUCATION OUTLOUD
advocacy & social accountability

GPE Transforming
Education

SOBRE A RELUS

A Rede Lusófona pelo Direito à Educação é uma coalizão internacional da sociedade civil, que reúne coalizões e organizações nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Estamos, portanto, em 4 continentes: África, Américas, Ásia e Europa.

Desde novembro de 2010, a Campanha Brasileira pelo Direito à Educação trabalhou para implementar um Programa de Cooperação Sul-Sul para Países Lusófonos (PCSS-Lusófonos). Este programa levou à criação, em 2016, da Rede Lusófona do Direito à Educação (ReLus).

O principal objetivo do programa de cooperação era apoiar o desenvolvimento de estratégias das sociedades civis nacionais para envolver os governos no desenvolvimento, reforma e expansão de políticas e disposições educacionais que garantam o direito à uma educação de qualidade.



A proposta de um projeto de cooperação entre a educação nacional dos países lusófonos surgiu em 2007 e, a partir de sua formalização em 2010, a Campanha Brasileira discutiu o formato com cada uma das redes nacionais da sociedade civil sobre Educação para Todos (Education for All - EFA) em todos os países envolvidos no

programa. A Campanha liderou a representação de membros de língua portuguesa da Campanha Global pela Educação (GCE) desde 2008 e defendeu desde então a participação crescente e mais qualificada desses países nesse grupo. Essa defesa ganhou corpo nas coalizões dos demais países de língua portuguesa e hoje nos constituímos em rede.

As atividades realizadas desde 2010 permitiram maior contato entre as coalizões nacionais, aprofundando o conhecimento de cada uma das redes e de seus membros, bem como o contexto político de cada país e o grau de envolvimento da sociedade civil em processos políticos relacionados à educação.

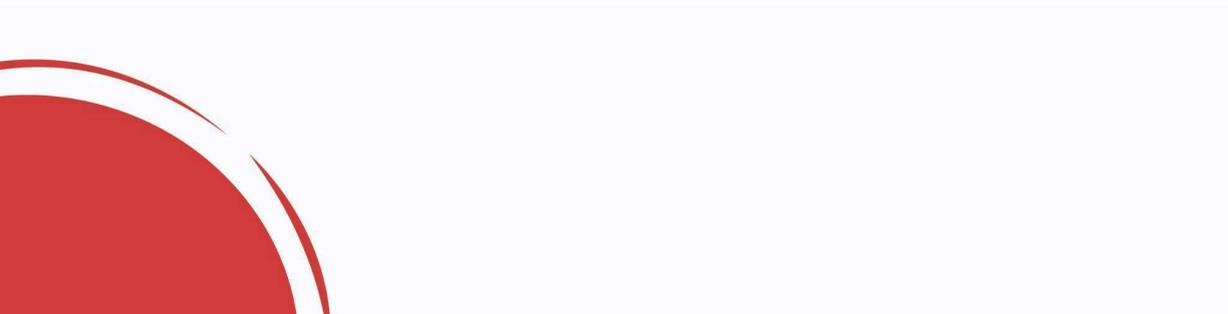
A força crescente da rede lusófona também foi reconhecida pela ANCEFA (Campanha da Rede África Educação para Todos), uma rede regional da GCE que, em 2012, nomeou um membro da equipe para se concentrar no fortalecimento de seu relacionamento com os países lusófonos.

O isolamento linguístico e geográfico dos países lusófonos não é mais visto como os principais desafios da Rede Lusófona pelo Direito à Educação, apesar de ser um dos ingredientes que determina seu isolamento nos círculos das políticas educacionais regionais e internacionais.

Um dos dois principais desafios da Rede agora é garantir que essa rede incipiente seja fortalecida, desenvolvendo ações para agilizar o intercâmbio de experiências entre as coalizões lusófonas e encontrando sinergias entre os interesses nacionais e a esfera internacional, garantindo que a voz das comunidades de língua portuguesa serão representadas nos debates e nos processos de decisão política sobre políticas educacionais.

SUMÁRIO

Apresentação	6
Monitoramento e Advocacia sobre Obras Públicas	7
Obras Públicas	7
Desafios	7
A importância do Monitoramento e Avaliação	8
Introdução ao monitoramento de obras públicas	8
Tecnologia no monitoramento	9
Métodos de monitoramento	9
Critérios de seleção da obra	9
Como é obtida a informação	10
Da análise do orçamento às estratégias de advocacia	10
Conclusão (resumo)	13
Advocacia em Fechamento do Espaço Cívico e Tensões Sociais	14
O que é Espaço Cívico?	14
Resiliência das Organizações da Sociedade Civil	14
Estratégias que as organizações da sociedade civil podem considerar	14
Advocacia em Contextos de Emergência	16
Tipos de advocacias em contextos emergenciais	16
Como assegurar a educação em contextos de emergências?	16



Apresentação

Bem-vindos ao Guia sobre Advocacia, desenvolvido no âmbito do ciclo de formações da Rede Lusófona pelo Direito à Educação, com o apoio da Education Out Loud | Global Partnership for Education.

Este recurso tem como objetivo fornecer uma compreensão abrangente de Advocacia, destacando sua importância e aplicabilidade nas iniciativas de organizações que atuam na sociedade civil pela educação. Ao explorar os princípios fundamentais desta abordagem, buscamos capacitar os participantes a conceber, implementar e avaliar estratégias eficazes para promover mudanças significativas no cenário educacional.

Dois conceitos da área de políticas são importantes para este guia: o de lobby e o de grupos de interesse. “Lobby” é definido como a defesa de interesses junto a quem pode tomar uma decisão; e, especificamente, é a ação de agentes sociais junto a tomadores de decisão, com fins de apresentar interesses e demandas. Ainda, o conceito de “lobby” se relaciona com “relações públicas” – comunicação de um agente –, “relações institucionais e governamentais” – relação com segmentos do poder público –, e “advocacy” / advocacia – defesa de interesses de promoção do bem público – (Mancuso e Gozetto, 2018).

Este guia aborda três grandes questões: 1) Monitoramento e Advocacia sobre Obras Públicas; 2) Advocacia em Fechamento do Espaço Cívico e Tensões Sociais; e 3) Advocacia em Contextos de Emergência.

Reunimos conhecimentos e práticas consolidadas, adaptando-os ao contexto dos países de língua oficial portuguesa do Sul Global, para fortalecer a atuação da Rede e seus parceiros na promoção do Direito à Educação. Agradecemos à Education Out Loud | Global Partnership for Education por seu apoio, que possibilitou a criação deste material educativo. Ao explorar as interseções entre teoria e prática, esperamos que este guia seja uma ferramenta valiosa para inspirar e capacitar todos os envolvidos na construção de um futuro educacional mais justo e inclusivo para todas as pessoas.

Monitoramento e Advocacia sobre Obras Públicas

Recomendações e experiências de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Obras Públicas

Obras públicas referem-se a projetos de construção financiados e gerenciados pelo setor público, como estradas, pontes, escolas e hospitais.

O Estado deve apresentar projetos que não apenas cumpram seus objetivos estruturais, mas também contribuam positivamente para a inclusão social e garantam infraestrutura adequada para a garantia dos parâmetros de qualidade.

- RNCEPT-CV, faz advocacia para Programa de Escolas 100% inclusivas;
- Campanha Brasileira atua pela implementação do [Custo Aluno-Qualidade \(CAQ\)](#).

Desafios

- Falta de recursos suficientes para obras públicas na educação;
- Atrasos e/ou orçamento excedido, que impactam negativamente a comunidade;
- Demolição de escolas para construção de outros prédios públicos, com atrasos de anos na entrega;
- Corrupção e desvios de recursos para outras rubricas, que não apenas afeta os recursos públicos e a conclusão das obras, mas também pode levar a decisões que prejudicam a inclusão social;
- Ausência de fiscalização ou de cumprimento de decisão judicial sobre obras públicas;
- Falta de capacidade de execução de programas de investimentos no orçamento do Estado na educação; entre outros.

A importância do Monitoramento e Avaliação

- Monitoramento contínuo pode identificar problemas em estágios iniciais, prevenindo atrasos e orçamento excedido;
- Exigência de transparência pública como uma ferramenta crucial para ganhar a confiança da comunidade e assegurar que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz;
- Previsão de uma equipe de monitoramento por parte da organização da sociedade civil, para fazer estudos de caso, formação nas principais ferramentas de execução de programas de investimentos, etc. colabora no processo de controle social.

Introdução ao monitoramento de obras públicas

O monitoramento do orçamento é um processo por meio do qual as organizações da sociedade civil acompanham e avaliam a forma como os recursos públicos são alocados e distribuídos aos diferentes setores (saúde, educação, proteção social, energia, defesa, etc.), e verificam se as despesas públicas correspondem às rubricas previstas e seguem as despesas no nível dos programas e dos ministérios respectivos.

O monitoramento do orçamento consiste em:

1. Checar se os poderes central e regional fazem o que está previsto nos planos e programas;
2. Verificar se as execuções estão em conformidade com os planos iniciais, em termos quantitativos e qualitativos;
3. Aferir a conformidade do processo de licitação com a Lei e dar seguimento a este controle - e denunciar aos órgãos competentes em caso de desvios;
4. Aferir a relevância dessas infraestruturas em termos da sua utilização; entre outros.

Tecnologia no monitoramento

- Previsão de uma equipe de monitoramento por parte da organização da sociedade civil, para fazer estudos de caso, formação nas principais ferramentas de execução de programas de investimentos, etc. colabora no processo de controle social;
- Potencial utilização de ferramentas tecnológicas como drones, sensores e *softwares* de gestão de projetos, para otimizar o monitoramento;
- Parceria com órgãos de controle social públicos, como o Ministério Público, como a Campanha Brasileira fez por meio do projeto coletivo [Sede de Aprender](#), que monitora e dá soluções à garantia de infraestrutura de água e saneamento nas escolas de educação básica no país;
- Exemplo é o caso de [Cabo Verde](#), que utilizou a Plataforma S&A para a monitorização e avaliação das políticas públicas implementadas no país, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS 2022-2026).

Métodos de monitoramento

- Ação de monitoramento e avaliação realizada com base em evidências;
- Constituição de equipe com membros diversos da rede;
- Construção de Guia de informação, que sistematiza os dados das obras a serem monitoradas;
- Identificação da obra, do organismo responsável, do prazo de execução, do estado da obra (iniciada, suspensa ou concluída), e do nível de transparência no processo de licitação e contratação.

Critérios de seleção da obra

- Obras com impacto social relevante, tais como estradas, escolas, centros de saúde, casas sociais, abastecimento de água e saneamento, etc.
- Obras com elevada importância financeira, determinando um valor de referência para cada país.

Como é obtida a informação

- Visitas a campo e observação direta das obras;
- Encontros com órgãos públicos, como ministérios, institutos de infraestrutura de estradas, direções de finanças, delegações/governos regionais, etc.;
- Encontros com representantes das empresas da construção civil envolvidas nas obras;
- Conversas com a população da comunidade e beneficiária.

Da análise do orçamento às estratégias de advocacia

A pesquisa e análise orçamentária, por melhor que seja, não será útil se não alcançar o seu público alvo. Por essa razão, as Organizações da Sociedade Civil têm de preparar uma estratégia de divulgação e de advocacia eficaz.

Exemplo de Cabo Verde

- Advocacia para a Inclusão
- Estudo sobre condições de acesso e acessibilidade nas escolas e outros espaços públicos:
 - Zonas Emergentes Chã das Caldeiras
 - Património mundial da R^a Grande Santiago
 - Escolas e espaços comunitários:
 - R^a Grande Santiago





Recomendações

- Construção de rampas com inclinação adequada, corrimãos e superfícies antiderrapantes, onde ainda não existe;
- Portas largas;
- Corredores amplos e livres de obstáculos;

- Casas de banho que atendam às necessidades de pessoas com deficiência;
 - Maior contraste na cor entre o piso e as paredes;
 - Construção de uma ponte entre as duas partes da escola de Achada Furna;
 - Melhoria do piso, com a introdução de piso táctil e iluminação adequada em todas as áreas.
-
-

Conclusão (resumo)

- É crucial ter obras públicas inclusivas para o desenvolvimento sustentável, construídas em sintonia com colaboradores envolvidos no processo;
- A adoção de práticas de monitorização e advocacia é essencial para garantir que as obras públicas beneficiem a sociedade como um todo;
- A sociedade civil deve colaborar para garantir o sucesso das obras públicas inclusivas;
- É preciso implementar projetos que impactam positivamente a inclusão social, educativa e econômica.

Advocacia em Fechamento do Espaço Cívico e Tensões Sociais

Recomendações e experiências do Brasil e Guiné-Bissau.

O que é Espaço Cívico?

Espaço cívico refere-se ao ambiente no qual os cidadãos exercem seus direitos civis e políticos, participam ativamente na tomada de decisões e se envolvem em questões públicas. Este espaço é crucial para o funcionamento saudável de uma sociedade democrática. Alguns dos elementos que compõem o espaço cívico incluem a liberdade de expressão, a liberdade de associação, a liberdade de reunião pacífica e a capacidade de participar em processos políticos.

Resiliência das Organizações da Sociedade Civil

- Ter base nas orientações internacionais (ONU, por exemplo), bem como nas melhores práticas de outros países;
- Uso de campanhas e ações de advocacia, com outras organizações e em apoio em organismos do Estado que fazem o controle social, para combater restrições.

Estratégias que as organizações da sociedade civil podem considerar

- Construção de alianças e redes, inclusive intersetoriais;
- Capacitação e treinamento das equipes e das redes para proteção e salvaguarda;
- Desenvolvimento de estratégias de comunicação para denúncia e amplificação;
- Monitoramento e documentação das violações;
- Advocacia internacional para denúncia e controle global;
- Selecionar os pontos focais locais baseados no guião das campanhas de sensibilização nas comunidades selecionadas;
- Contato direto porta a porta com as comunidades educativas;

- Organizar os encontros através dos pontos focais;
- Preparar as mensagens da campanha de sensibilização a ser difundida nas Rádios comunitários locais;
- Envolver as autoridades educativas locais e mobilizadores de opinião pública;
- Construção de alianças: fortalecimento da solidariedade entre organizações e setores;
- Troca de experiências e conhecimentos com outros países, bem como busca de apoio de parceiros financiadores para o reforço do sistema de protecção social; e
- Prevenção e gestão de conflitos: lidar com tensões sociais de maneira pacífica e construtiva.

Exemplo do Brasil

- Restrições à Liberdade de Expressão: casos de jornalistas e ativistas sendo alvo de ameaças e ataques;
- Legislação sobre Organizações da Sociedade Civil: aprovação da Lei Antiterrorismo em 2016 gerou preocupações de que poderia ser usada para criminalizar manifestações legítimas e atividades de grupos da sociedade civil;
- Criminalização de Movimentos Sociais: prisões arbitrárias;
- Ataques a Defensores dos Direitos Humanos: ameaças e violência;
- Restrições à Participação em Protestos: alguns eventos de protesto enfrentam respostas repressivas, incluindo uso excessivo de força;
- Retórica Política Contrária à Sociedade Civil: líderes políticos têm adotado uma retórica contrária à sociedade civil, desacreditando ou desvalorizando o trabalho de organizações e ativistas.

Advocacia em Contextos de Emergência

Recomendações e experiências do Brasil e de Moçambique.

Advogar em um contexto de emergências significa desenvolver uma ação de pressão, visando promover uma determinada mudança positiva nas pessoas, instituições, governos, políticas, etc. em um cenário que exige ação rápida, eficiente e urgente, como em casos de desastres climáticos, de saúde pública e guerras ou ataques terroristas.

Esta advocacia requer a realização de um conjunto de estratégias que visam trazer mudanças positivas no setor de educação, necessitando de um aprimoramento de gestão de políticas educacionais que sejam inclusivas.

Tipos de advocacias em contextos emergenciais

- Advocacia direta nacional;
- Soft Power a nível internacional; e
- Outsider.

Como assegurar a educação em contextos de emergências?

- Abordagem integrada: Educação; Saúde; e Proteção Social;
- Advogar para que o governo e a comunidade internacional garantam a aprendizagem mesmo em contextos de emergência;
- Incentivar a educação na língua materna para apoiar a continuidade da educação em casos de perturbação;
- Capitalizar os espaços de discussões e tomada de decisões sobre educação em emergências;
- Envolver-se sistematicamente com agrupamentos de educação locais, regionais e globais para trabalhar em iniciativas de EIE;

- Promover campanha por um financiamento eficaz e equitativo para a educação em emergências;
- Apostar nas TIC's públicas, seguras e com proteção de dados e formação de profissionais, além de garantia de recursos de forma equitativa;
- Apostar em soluções "no tech" e "low tech";
- Observar critérios de resiliência na reconstrução de infraestruturas de educação e que sejam acessíveis a pessoas com deficiência;
- Prover apoio técnico às comunidades no seu esforço de reconstrução;
- Reflectir sobre flexibilização do calendário escolar.

Exemplo de Moçambique

Moçambique é um dos países afetado por conflitos e vulnerável às mudanças climáticas e ao terrorismo.



Segundo o relatório do UNICEF sobre os principais indicadores

sociodemográficos, existiam em todo o país 96 274 alunos afetados pelo terrorismo, destes, 42 383 (44%) encontravam-se na Província de Cabo Delgado.

Moçambique é também vulnerável às mudanças climáticas. Segundo a ONU (2021), o país ocupa o quinto lugar no Índice de Risco Climático Global dos países mais vulneráveis aos impactos a longo prazo, com ocorrências de cheias e ciclones.

Casos de Sucesso de advocacia da REDE MEPT na educação em contexto de Emergência (COVID-19)

- Apetrechamento das escolas com infraestruturas de abastecimento de água para higienização;
- Criação de plataformas digitais para os professores e alunos;
- Alocação de orçamento sensível a COVID-19 no sector de educação e boa gestão.



Exemplo do Brasil

Frente ao período de pandemia e suas medidas de enfrentamento como o distanciamento social que forçou o fechamento das escolas, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação com o apoio de dezenas de entidades e voluntários produziu guias específicos de educação e proteção, assim como notas técnicas para subsidiar o poder público na

tomada rápida de decisão, e fez uma série de lives para aprofundar o debate, trazendo especialistas da educação e da saúde pública.

O objetivo foi oferecer um compilado de informações checadas, comprovadas e acessíveis sobre como cidadãos ligados à educação podem agir, cobrar, e trabalhar pela proteção de todos de maneira colaborativa; e também, da parte de atores do poder público, garantir os direitos de nossas crianças e adolescentes em situação de emergência.

Página especial sobre Covid-19 - <https://campanha.org.br/covid-19/>

The screenshot displays the website interface for 'Campanha Nacional pelo Direito à Educação'. The header includes the organization's logo and name, social media icons, and a search bar. The main navigation menu contains links for 'INÍCIO', 'QUEM SOMOS', 'O QUE FAZEMOS', 'FAÇA PARTE', 'NOTÍCIAS', 'BIBLIOTECA', 'CONTATO', and 'DOAR'. A large banner features an illustration of a person at a desk and the text: 'Atuação da Campanha para o enfrentamento dos impactos da pandemia de Covid-19'. Below the banner, a breadcrumb trail reads 'Início » COVID-19 » Guias COVID-19'. A 'CONTEÚDO' sidebar lists 'Covid-19: posicionamentos, notas técnicas e debates', 'Guias COVID-19' (highlighted), and 'Lives (transmissões online)'. The main content area is titled 'COVID-19 GUIAS COVID-19' and features a link for 'GUIA COVID-19 DA CAMPANHA - VOLTA ÀS AULAS 2022' with the instruction 'Clique no link ou na imagem para acessar o material.' Below this is a thumbnail for the guide, which includes the text: 'Guia 11', 'Guia COVID-19 Volta às Aulas 2022', 'Comunidade escolar, família e profissionais da educação', 'Centros municipais e estaduais de educação', and the 'CAMPANHA NACIONAL PELA EDUCAÇÃO' logo.

Guias Covid-19



Série de Lives sobre Covid-19

Início Vídeos Shorts Ao vivo Playlists Comunidade

Aula pública: O que é o Fundeb?
17 mil visualizações • Transmitido há 3 anos

OAB-CE: Direito à Educação de Crianças e Adolescentes no Contexto de Pandemia
1,5 mil visualizações • Transmitido há 3 anos

Educação especial na perspectiva inclusiva: como concretizar acessibilidade num...
8,2 mil visualizações • Transmitido há 3 anos

Suicídio na adolescência: boas práticas para a prevenção
541 visualizações • Transmitido há 3 anos

Maternidade na pandemia: desafios e boas práticas para apoiar a educação dos filhos
342 visualizações • Transmitido há 3 anos

Comitê Rio da Campanha: limites e possibilidades para a educação fluminense...
1,4 mil visualizações • Transmitido há 3 anos

O novo Fundeb no contexto da pandemia: desafios e necessidades
5,9 mil visualizações • Transmitido há 3 anos

Proteção da Criança e do Adolescente: como amparar alunas e alunos?
760 visualizações • Transmitido há 3 anos

Alimentação escolar na pandemia: o que fazer para não deixar as crianças...
3,9 mil visualizações • Transmitido há 3 anos

Diretrizes do CNE: como deve ser o calendário letivo em 2020?
18 mil visualizações • Transmitido há 3 anos

COVID-19: Como ficam as condições de trabalho dos profissionais de educação?
2 mil visualizações • Transmitido há 3 anos

Live da Campanha: EaD e MP dos Dias Letivos
5,7 mil visualizações • Transmitido há 3 anos

Produção de Notas Técnicas

Nota Técnica

PL 5.595/2020, que torna educação atividade essencial, representa um risco à vida e aos profissionais da educação e deve ser rejeitado pelo Senado Federal

Campanha Nacional pelo Direito à Educação¹ analisou o projeto de lei em termos jurídicos e de impacto e considera irresponsável a aprovação pela Câmara dos Deputados e recomenda que o Senado Federal rejeite o projeto.

